

OF. ITT/MA/BPBUNGE/2022

Ituiutaba, 23 de maio de 2022.

**À SUPRAM TM/AP**

**Assunto:** Solicitação de revisão da condicionante nº 10.

**Referência:** Processo COPAM nº 10201/2006/013/2019 – LO 05/2020

A Ituiutaba Bioenergia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o n.º 08.164.344/0001-48, com sede na Fazenda Recanto, s/n – Zona Rural, no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, vem respeitosamente através deste, solicitar a revisão da condicionante nº 10, referente a Renovação da Licença de Operação supracitada, vinculado ao Processo COPAM nº 10201/2006/013/2019, na qual solicita:

Item	Descrição da Condicionante
10	Executar o programa de Automonitoramento, conforme definido pela SUPRAM TMAP no anexo II.
Item	Anexo II
4	“Enviar anualmente à SUPRAM TMAP os resultados das análises de efluentes líquidos da entrada e saída da ETE e de todas as caixas separadoras de água e óleo existentes dentro do empreendimento.”

Desta forma, conforme relatório técnico anexo a este ofício, solicitamos a revisão dos parâmetros a serem analisados nas caixas separadoras de água e óleo do empreendimento.

Respeitosamente, ficamos a disposição no que for necessário.

Atenciosamente,



**Tatiana Tanaka de Queiroz**  
Coordenadora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Maio de 2022

# Monitoramento Efluentes Líquidos: Caixas Separadoras de Água e Óleo

ITUIUTABA BIOENERGIA LTDA  
MAIO DE 2022

## INDICE

1.	INTRODUÇÃO .....	2
2.	SISTEMA DE DRENAGEM OLEOSA .....	3
2.1.	CAIXAS SEPARADORAS DE ÁGUA E ÓLEO .....	3
a)	DESTINAÇÃO DO EFLUENTE .....	3
b)	LIMPEZA E MANUTENÇÃO .....	4
3.	<b>MONITORAMENTO</b> .....	4
4.	<b>CONCLUSÃO</b> .....	5

## 1. INTRODUÇÃO

A empresa ITUIUTABA BIOENERGIA LTDA está localizada na Fazenda Recanto, no município de Ituiutaba, no estado de Minas Gerais. O empreendimento está inserido na bacia do rio Paranaíba, sub-bacia do rio Tijuco, tendo como área de influência direta os córregos Barreiro e Vertente Comprida, que drenam para o rio da Prata (afluente pela margem esquerda do rio Tijuco). A Usina encontra-se devidamente licenciada na Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (SUPRAM TMAP), sob processo COPAM nº 10201/2006/13/2019, LO nº 05/2020, a qual determina algumas condicionantes que devem ser atendidas pelo empreendimento, dentre essas condicionantes, tem-se a de nº 10, no anexo II, item 4, “análises de efluentes líquidos”, in verbis:

### Condicionante 10

“Executar o programa de Automonitoramento, conforme definido pela SUPRAM TMAP no anexo II.”

### Anexo II – Item 4

“Enviar anualmente à SUPRAM TMAP os resultados das análises de efluentes líquidos da entrada e saída da ETE e de todas as caixas separadoras de água e óleo existentes dentro do empreendimento.”

4.0 EFLUENTES LÍQUIDOS		
Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Entrada e saída da ETE	DBO <sub>5</sub> , DQO, óleos e graxas, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, substâncias tensoativas (ABS), pH, temperatura, vazão e <i>Escherichia coli</i> .	Anual
Entrada e saída de todas as caixas separadoras de água e óleo existentes dentro do empreendimento.	pH, sólidos sedimentáveis, DBO, DQO, sólidos em suspensão, fenóis, óleos e graxas.	Anual

Destaca-se que conforme o estabelecido, o monitoramento é realizado anualmente nas duas caixas separadoras de água óleo existentes no site industrial, estando elas localizadas nos setores de Manutenção Automotiva e Posto de Combustível.

## **2. SISTEMA DE DRENAGEM OLEOSA**

Seguindo os requisitos e diretrizes dispostos na NBR 14.605, os sistemas de drenagens oleosas realizam a coleta dos efluentes oleosos provenientes dos setores de manutenção, lavagem de veículos, lubrificação e posto de combustíveis. Destaca-se que todas as áreas mencionadas são dotadas de piso impermeável e canaletas devidamente dimensionadas, garantindo assim, a coleta de todo material gerado nas atividades e equipamentos. Após a coleta, todo efluente oleoso é direcionado para as Caixas Separadoras de Água e Óleo (SaO).

### **2.1. CAIXAS SEPARADORAS DE ÁGUA E ÓLEO**

As Caixas Separadoras de Água e Óleo (SaO), realizam o tratamento físico do efluente líquido, ou seja, a separação dos óleos e graxas do restante da água de lavagem. Este processo ocorre pela redução da velocidade do efluente, permitindo a aderência das partículas menores de fluidos multifásicos (óleos e graxas), que tendem a se aglutinar em porções superiores. Isso faz com que o óleo se separe da água por ação da gravidade.

Logo, o sistema opera na separação por diferença de densidade, onde o óleo tende a ascender e formar um filme na camada superior da mistura. Dessa forma que é possível recolher individualmente esse filme de óleo e obter água mais limpa na parte inferior do reservatório

#### **a) DESTINAÇÃO DO EFLUENTE**

Quanto a destinação dos efluentes, os óleos retidos pela Caixa SaO ficam armazenados em reservatório e posteriormente, são coletados e destinados adequadamente por empresas licenciadas ambientalmente.

Já o efluente líquido é direcionado para as bacias de decantação onde é adicionado as águas residuárias, em seguida adicionado a vinhaça e posteriormente utilizado na fertirrigação da cana-de-açúcar. Importante destacar que para aplicação em solo agrícola todas as diretrizes estabelecidas pela Deliberação Normativa COPAM nº 164/2011 são seguidas, portanto, são realizadas duas análises no intervalo de 90 dias de vinhaça, águas

residuárias e/ou sua mistura a cada ano. Tais monitoramentos contemplam os seguintes parâmetros: pH, condutividade elétrica, temperatura, DBO<sub>5,20</sub>, DQO, sólidos em suspensão, sólidos sedimentáveis, nitrogênio amoniacal total, fósforo total, potássio total, cálcio, magnésio, detergentes e óleos e graxas.

Por fim, ressalta-se que o efluente líquido proveniente das caixas separadoras de água e óleo da usina Santa Ituiutaba Bioenergia não é lançado direto em corpos hídricos e sim, aplicados em solo agrícola.

#### **b) LIMPEZA E MANUTENÇÃO**

Periodicamente as caixas SaO passam por limpeza e manutenção. Este processo é realizado por meio da sucção do efluente seguido por hidrojateamento, onde o jato de alta pressão de água que retira material encrustado nas paredes das estruturas. E caso necessário, ainda é realizado desentupimento de tubulação.

Após o procedimento todo material coletado é transportado por caminhões devidamente equipados e destinados de forma adequada para Aterro Classe I de empresa terceira devidamente licenciada para essa finalidade.

### **3. MONITORAMENTO**

Conforme mencionado no item 1. deste relatório, o Programa de Automonitoramento de efluentes líquidos exige-se que determinados parâmetros sejam contemplados nas análises de entrada e saída dos sistemas separadores de água e óleo. Sendo eles: óleos e graxas, DBO, DQO, pH, temperatura, sólidos suspensos totais, sólidos dissolvidos totais e fenóis.

Considerando esses parâmetros obrigatórios, bem como o tipo de tratamento e processo realizado pelas caixas separadoras de água e óleo, entende-se que determinadas

análises exigidas são dispensáveis e não se aplicam para intuito que as estruturas foram dimensionadas e implantadas.

Em outras palavras, como as caixas SaO atuam somente na separação da água e óleo (Tratamento Físico) e não em tratamentos físico-químicos e/ou biológicos, os monitoramentos de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Demanda Química de Oxigênio (DQO) e pH dos efluentes da entrada e saída são infundamentáveis. Uma vez que, as caixas separadoras de água e óleo não possuem função de tratar níveis de matéria orgânica e oxigênio dissolvido dos efluentes gerado nestes ambientes. Tampouco interfere nas propriedades físico-químicas, sendo assim, o efluente da entrada e da saída apresentam características similares.

Por outro lado, de acordo com o apresentado no item a) Destinação do Efluente, todo efluente líquido gerado pelas estruturas são adicionados a vinhaça. E em atendimento a DN 164/2011 os parâmetros mencionados já são monitorados antes de serem utilizados na fertirrigação de cana-de-açúcar.

#### **4. CONCLUSÃO**

Em se tratando de caixas separadoras de água e óleo, conclui-se que os sistemas têm como finalidade atuar apenas na separação da água e do óleo por meio da diferença de densidade. Não ficando a cargo das estruturas exercer tratamento físico-químico e /ou biológicos que visem alterar as propriedades e teores de substâncias presentes nos efluentes (entrada em saída) provenientes das áreas de manutenção e abastecimento. Fundamentado nisso, o monitoramento anual de parâmetros com DBO, DQ e pH tornam-se dispensáveis, posto que, a Caixa SaO não irá interferir nos índices monitorados. Também, a Ituiutaba Bioenergia realiza análises vinhaça, águas residuárias e/ou sua mistura em atendimento à DN 164/2011, a qual já contempla todos os parâmetros citados.

Ante o exposto, solicita-se a exclusão do monitoramento anual dos parâmetros supracitados para os efluentes líquidos (entrada e saída das caixas separadoras de água e óleo) em atendimento a condicionante objeto deste relatório.



**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**CREA-MG**

**ART OBRA / SERVIÇO**  
**Nº MG20221093790**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

INICIAL

**1. Responsável Técnico**

**TATIANA TANAKA DE QUEIROZ**

Título profissional: **ENGENHEIRA AMBIENTAL**

RNP: **1411675398**

Registro: **MG0000161385D MG**

**2. Dados do Contrato**

Contratante: **Ituiutaba Bioenergia LTDA**

**FAZENDA Recanto**

Complemento:

Cidade: **ITUIUTABA**

Bairro: **ZONA RURAL**

UF: **MG**

CPF/CNPJ: **08.164.344/0001-48**

Nº: **s/n**

CEP: **38300898**

Contrato: **Não especificado**

Valor: **R\$ 100,00**

Ação Institucional: **Outros**

Celebrado em:

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**

**3. Dados da Obra/Serviço**

**FAZENDA Recanto**

Complemento:

Cidade: **ITUIUTABA**

Data de Início: **26/04/2022**

Finalidade: **AMBIENTAL**

Proprietário: **Ituiutaba Bioenergia LTDA**

Bairro: **ZONA RURAL**

UF: **MG**

Previsão de término: **31/05/2022**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Código: **Não Especificado**

Nº: **s/n**

CEP: **38300898**

CPF/CNPJ: **08.164.344/0001-48**

**4. Atividade Técnica**

14 - Elaboração

40 - Estudo > MEIO AMBIENTE > CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL > #7.1.2 - DE  
 MONITORAMENTO AMBIENTAL

Quantidade

1,00

Unidade

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

**5. Observações**

RELATÓRIO TÉCNICO PARA A SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DE CONDICIONANTES - ANEXO II PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO - ITEM 4. EFLUENTES LÍQUIDOS - ENTRADA E SAÍDA DE TODAS AS CAIXAS SEPARADORAS DE ÁGUA E ÓLEO EXISTENTES DENTRO DO EMPREENDIMENTO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10201/2006/013/2019 (RENOVAÇÃO-LO Nº 005/2020)

**6. Declarações**

- A Resolução nº 1.094/17 instituiu o Livro de Ordem de obras e serviços que será obrigatório para a emissão de Certidão de Acervo Técnico - CAT aos responsáveis pela execução e fiscalização de obras iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018. (Res. 1.094, Confea) .

**7. Entidade de Classe**

APEA-TMAPS - Associação dos Profissionais de Engenharia Ambiental do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Sul de Minas

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

**Ituiutaba**, **23** de **maio** de **2022**

Local

data

**TATIANA TANAKA DE QUEIROZ - CPF: 094.072.326-38**

**Ituiutaba Bioenergia LTDA - CNPJ: 08.164.344/0001-48**

**9. Informações**

\* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

**10. Valor**

Valor da ART: **R\$ 88,78**

Registrada em: **03/05/2022**

Valor pago: **R\$ 88,78**

Nosso Número: **8598470851**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: D25D2  
 Impresso em: 05/05/2022 às 07:14:01 por: , ip: 165.225.214.111

[www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br)

[crea-mg@crea-mg.org.br](mailto:crea-mg@crea-mg.org.br)

Tel: 0312732

Fax:







SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

## Comprovante de Pagamento das Receitas Estaduais

Nome  
ITUIUTABA BIOENERGIA LTDA.

Endereço:

Município:  
ITUIUTABA

UF:  
MG

Telefone

Data do Vencimento  
29/04/2022

Data do Pagamento  
25/04/2022

Tipo de Identificação  
CNPJ

Número  
08.164.344/0001-48

Código Município (para produtor rural e não inscrito)  
342

Mês Ano de Referência  
04/2022

Nº Documento (autuação, dívida ativa e parcelamento)  
5301183002158

### Histórico

Órgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Serviço: SOLICITACOES POS-CONCESSAO DE LICENCAS

Valores pagos

1081-9 - TAXA DE EXPEDIENTE - SEMAD Valor: 4.860,94

### Informações

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10201/2006/013/2019 (RENOVAÇÃO-LO Nº 005/2020) - REVISÃO DE CONDICIONANTES - ANEXO II  
PROGRAMA DE AUTOMONITORAMENTO - ITEM 4. EFLUENTES LÍQUIDOS - ENTRADA E SAÍDA DE TODAS AS CAIXAS SEPARADORAS DE  
ÁGUA E ÓLEO EXISTENTES DENTRO DO EMPREENDIMENTO

Linha 85620000048 2 60940213220 1 42912530118 5 30021580137 8

### AUTENTICAÇÃO

Agencia: 2271 Banco: 33 NSU: 534291  
Data do Pagamento: 25/04/2022

TOTAL

R\$

4.860,94

MOD.: 06.01.12

## Recibo Eletrônico de Protocolo - 46943815

**Usuário Externo (signatário):** Nathália Bernardes Ribeiro  
**Data e Horário:** 23/05/2022 08:53:33  
**Tipo de Peticionamento:** Intercorrente  
**Número do Processo:** 1370.01.0008844/2021-05  
**Interessados:**

Nathália Bernardes Ribeiro

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):**

- Ofício Revisão Condicionante 10	46943810
- Relatório Revisão Condicionante 10	46943812
- ART Revisão Condicionante 10	46943813
- Comprovante Revisão Condicionante 10	46943814

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de  
Regularização Ambiental

Parecer nº 96/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2022

PROCESSO Nº 1370.01.0008844/2021-05

ANEXO DE PRORROGAÇÃO DE CONDICIONANTES DO PARECER ÚNICO Nº 0297181/2019 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:		
Licenciamento Ambiental	10201/2006/013/2019	Sugestão pelo Deferimento		
FASE DO LICENCIAMENTO:	Renovação de Licença de Operação - RenLO			
EMPREENDEDOR:	ITUIUTABA BIOENERGIA LTDA		CNPJ:	08.164.344/0001-48
EMPREENDIMENTO:	Fazenda Recanto			
MUNICÍPIO(S):	Ituiutaba - MG		ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): WGS 84	LAT/Y	19°00'54"S	LONG/X	49°40'18"O
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO:			CLASSE
D-01-08-2	Fabricação de açúcar e/ou destilação de álcool			5
E-02-02-2	Sistema de geração de energia termoeleétrica utilizando combustível não fóssil			3
F-06-01-7	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação			4
F-05-05-3	Compostagem de resíduos industriais			2

## 1. INTRODUÇÃO

Este parecer refere-se à solicitação de alteração de condicionante referente à renovação da licença de operação concedida para o empreendimento ITUIUTABA BIOENERGIA LTDA (Ex BP BIOENERGIA ITUIUTABA LTDA), localizado no município de Ituiutaba-MG.

## 2. DA SOLICITAÇÃO

A empresa ITUIUTABA BIOENERGIA LTDA solicitou por meio de ofício (Documento nº 46943810), formalizado em 23/05/2022 (Processo SEI nº 1370.01.0008844/2021-05), a alteração do item 4 do Programa de Automonitoramento referente à condicionante nº 10 da renovação da licença de operação do empreendimento ITUIUTABA BIOENERGIA LTDA (Ex BP BIOENERGIA ITUIUTABA LTDA) (LO Nº 005/2020).

A seguir é transcrita a condicionante aprovada constante no parecer único nº 0740719/2019:

Item	Descrição da Condicionante	Prazo
10	Executar o programa de Automonitoramento, conforme definido pela SUPRAM TMAP no anexo II.	Durante a vigência da licença

## ANEXO II

### 4.0 - EFLUENTES LÍQUIDOS

Local de Amostragem	Parâmetros	Frequência
---------------------	------------	------------

Entrada e saída da ETE	DBO <sub>5</sub> , DQO, óleos e graxas, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, substâncias tensoativas (ABS), pH, temperatura, vazão e <i>Escherichia coli</i> .	Anual
Entrada e saída de todas as caixas separadores de água e óleo existentes dentro do empreendimento	pH, sólidos sedimentáveis, DBO, DQO, sólidos em suspensão, fenóis, óleos e graxas.	Anual

O empreendedor solicita a alteração dos parâmetros a serem analisados nas caixas separadores de água e óleo, com a retirada dos seguintes parâmetros: pH, DBO e DQO. Apresenta como justificativa que a caixa SAO realiza apenas o tratamento físico do efluente, ou seja, a separação dos efluentes por diferença de densidade, que o efluente líquido das caixas SAO (após separação) é direcionado para bacias de decantação onde é adicionado às águas residuárias e vinhaça e posteriormente é aplicado no solo das áreas de cultivo de cana de açúcar, e que nesse efluente que vai para fertirrigação são realizadas análises químicas que incluem parâmetros como pH, DBO e DQO, entre outros (conforme DN COPAM nº 164/2011). Informa-se também que periodicamente as caixas SAO passam por limpeza e manutenção.

### 3. DA ANÁLISE

Conforme norma de regência, Decreto Estadual 47.383/2018, no caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida pelo órgão ambiental competente, em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para cumprimento ou alteração de seu conteúdo, formalizando requerimento escrito devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante.

Considerando que o requerimento em apreço foi devidamente protocolizado via Processo SEI nº 1370.01.0008844/2021-05, formalizado em 23/05/2022 e que as justificativas apresentadas foram consideradas pertinentes, entendemos pela aprovação do requerimento sob exame.

Além dos parâmetros solicitados para retirada pelo empreendedor, a equipe técnica fará a exclusão também dos parâmetros sólidos em suspensão e fenóis. Considerando que as caixas SAO do empreendimento recebem os efluentes de lavadores de veículos, conforme informado, haverá a inclusão do parâmetro de substâncias tensoativas (surfactantes) nas próximas análises a serem efetuadas.

### 4. CONTROLE PROCESSUAL

De acordo com o pedido que fora feito, solicitado por meio do processo SEI nº. 1370.01.0008844/2021-05, formalizado em 23/05/2022 que versa sobre a alteração do item 4 do Programa de Automonitoramento referente à condicionante nº 10, conforme constante no parecer único nº 0740719/2019, e em consonância com o apresentado em termos que atende aos requisitos constantes dos arts. 29, 30 e 31, todos do Decreto Estadual nº. 47.383/2018, tendo sido recolhida a respectiva taxa.

### 5. CONCLUSÃO

Por fim, nos termos do artigo 29 do Decreto Estadual 47.383/2018 e com base nas informações trazidas acima, sugerimos o **deferimento** da solicitação de alteração do item 04 do Anexo II (Programa de Automonitoramento) da condicionante nº 10, conforme requerido, com inclusão de um novo parâmetro conforme análise da equipe técnica SUPRAM TM, OUVIDA a Superintendente Regional da SUPRAM TM. As demais condicionantes permanecem inalteradas.

Segue a transcrição do item 04 do Programa de Automonitoramento, com novos parâmetros estabelecidos:

#### 4.0 - EFLUENTES LÍQUIDOS

Local de Amostragem	Parâmetros	Frequência
Entrada e saída da ETE	DBO <sub>5</sub> , DQO, óleos e graxas, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, substâncias tensoativas (ABS), pH, temperatura, vazão e <i>Escherichia coli</i> .	Anual
Entrada e saída de todas as caixas separadores de água e óleo existentes dentro do empreendimento	Sólidos sedimentáveis, Substâncias tensoativas, Óleos e graxas.	Anual



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Moreira da Costa, Servidor(a) Público(a)**, em 29/06/2022, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 29/06/2022, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogério da Silva, Diretor(a)**, em 01/07/2022, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **48876722** e o código CRC **9F268CE9**.



A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 04 de julho de 2014, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD197, ao servidor Ruben Cesar Alvim Vieira, MASP 1.364.975-1, a contar de 30 de junho de 2022.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 28 de janeiro de 2017, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD209, à servidora Karla Brandão Franco, MASP 1.401.525-9, a contar de 26 de março de 2022, para regularizar situação funcional.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 30 de maio de 2020, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD211, ao servidor Hélio de Campos Valadares, MASP 863.477-6, a contar de 29 de março de 2022, para regularizar situação funcional.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 04 de julho de 2014, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD219, à servidora Paula Lucia Martins Rodrigues, MASP 1.366.738-1, a contar de 30 de junho de 2022.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 04 de julho de 2014, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD233, ao servidor João Paulo de Oliveira, MASP 1.147.035-8, a contar de 30 de maio de 2022.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 04 de julho de 2014, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD236, ao servidor Leonardo Joviano Peroni, MASP 1.082.134-6, a contar de 30 de junho de 2022.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 19 de junho de 2021, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD01, à servidora Marina Matos Oliveira Isoni, MASP 1.363.828-3.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 04 de julho de 2014, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD06, à servidora Marina Fernandes Dias, MASP 1.183.436-3, a contar de 30 de junho de 2022.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 26 de outubro de 2021, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD19, à servidora Isadora Pinho Tavares de Filippo, MASP 1.402.452-5, a contar de 21 de junho de 2022.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 28 de janeiro de 2017, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAP-2 MD31, ao servidor Bruno Neto de Ávila, MASP 1.397.594-1, a contar de 30 de junho de 2022.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 29 de setembro de 2018, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD41, à servidora Michele Mendes Pedreira da Silva, MASP 1.364.210-3, a contar de 31 de maio de 2022.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Marina Fernandes Dias, MASP 1.183.436-3, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD25, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor André Luiz de Paula Oliveira, MASP 1.191.347-2, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD41, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Marina Matos Oliveira Isoni, MASP 1.363.828-3, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD72, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Leo Davidovitch, MASP 1.182.842-3, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAP-1 MD88, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Rejane Maria da Silva Sanchez, MASP 1.401.498-9, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD97, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Bruno Neto de Ávila, MASP 1.397.594-1, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD117, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Hellen Karine Campos Teixeira, MASP 448.947-2, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD125, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor André Almeida Silqueira, MASP 1.147.328-7, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD149, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Rafael Alexandre Sá, MASP 1.147.907-8, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD155, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Tais Fernanda Martins Ferreira, MASP 1.402.061-4, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD169, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Marina Ferreira de Melo, MASP 1.365.390-2, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD197, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Eduardo Araújo Rodrigues, MASP 1.097.519-1, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD219, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Sarah Stutz Reis, MASP 1.363.908-3, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD233, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Lucas Gomes Moreira, MASP 1.147.360-0, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-1 MD236, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Lariane Chaves Junker, MASP 1.343.164-8, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD16, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui à servidora Amanda Cruz Parrela, MASP 1.380.338-2, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD01, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Silas de Oliveira Coelho, MASP 1.366.223-4, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD19, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Júlio Cesar Moura Guimarães, MASP 1.146.949-1, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD26, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Lucas Martins Sathler Berbert, MASP 1.364.288-9, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD31, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, atribui ao servidor Miller Ricardo Igno, MASP 1.402.635-5, a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD41, constante no Anexo I do Decreto nº 46.548/2014.

30 1656094 - 1

A Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução SEMAD nº 3.052, de 08 de março de 2021, CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, nos termos do art. 1º da Resolução SEPLAG nº 59, de 28/11/2005, à servidora: Masp 454.792-3, NEILDA MARTINS MATOS, por 30 dias, a partir de 01/07/2022.

30 1655915 - 1

## Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Pauta da 154ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas (URC NM) do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam. Data: 12 de julho de 2022, às 13:30hs. Endereço virtual da reunião: <https://www.youtube.com/channel/UChU1iiaB462m8py3C1jsJI4w>

- Execução do Hino Nacional Brasileiro.
- Abertura pela Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental e Presidente da URC NM, Valéria Cristina Rezende.
- Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.
- Exame da Ata da 153ª RO de 12/04/2022.
- Processos Administrativos para exame de Recurso de Autos de Infração:
  - 5.1 José Augusto Oliveira/Fazenda Buriti - Gleba 01 - Ibiracatu/MG - PA/CAP/Nº 12000000908/15 AI/Nº 40777/2011. Apresentação: NUCAI/IEF. RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Flávio Gonçalves Oliveira representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) e Laila Tupinambá Mota representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).
  - 5.2 Giovanni Rangel Rabelo/Fazenda Buriti - Gleba 02 - Ibiracatu/MG - PA/CAP/Nº 12000000907/15 - AI/Nº 40778/2011. Apresentação: NUCAI/IEF. RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Flávio Gonçalves Oliveira representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) e Laila Tupinambá Mota representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).
  - 5.3 Hugo Leonardo Martins - Silvicultura - Gameleiras/MG - PA/CAP/Nº 454014/21 - AI/Nº 008063/2016. Apresentação: SUPRAM NM. RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Flávio Gonçalves Oliveira representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Laila Tupinambá Mota representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e Benigno Antônio Oliva Santos representante da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico (Sede).
- Processo Administrativo para exame de Recurso ao Indeferimento do processo de regularização ambiental:
  - 6.1 Gransena Exportação e Comércio Ltda. / Fazenda Côrrego do Ouro / Pereira - Lavra a céu aberto - rochas ornamentais e de revestimento, estrada para transporte de minério/estéril externo aos limites de empreendimentos minerários e pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento - Bocaíva/MG - Licença Ambiental Simplificada/Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS) - PA/SLA/Nº 3600/2021 - Processo Híbrido SEI/Nº 1370.01.0012301/2022-74 - ANM 831.558/2014 - Classe 2. Apresentação: Supram NM.
- Encerramento.
  - (a) Valéria Cristina Rezende. Secretária Executiva do Conselho Estadual de Política Ambiental e Presidente da URC Norte de Minas.

30 1655404 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: (LAC 1) Licença de Operação Corretiva: 1) Ariovaldo Prado Filho/Fazenda Santa Maria da Extrema - Mat. 3680 - Fazenda Santa Maria da Extrema - Mat.: 3.680, Avicultura e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo.Santa Fé de Minas/MG. PA/nº 6586/2021. Classe 3. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA nº 1370.01.0043891/2021-68. Motivo: Caracterização incorreta ocasionando inconsistências nas informações que instruem o processo administrativo, conforme Parecer nº 67/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2022.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

30 1656047 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais abaixo identificadas: LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Thor Granitos e Mármores Ltda., Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento e pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, Grão Mogol/MG, PA/nº 966/2021 ANM 832.122/2015, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 30/06/2032. 2) Viasolo Engenharia Ambiental S.A / Unidade de Valorização Sustentável – UVS - Viasolo Montes Claros, Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos e sistema de geração de energia termelétrica, utilizando combustível não fóssil, Montes Claros/MG, PA/nº 2250/2022, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 16/12/2031.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

30 1656056 - 1

O Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata, torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: - LAS RAS: 1) Companhia Manufatura de Tecidos de Algodão, Beneficiamento de fibras têxteis naturais e artificiais e/ou recuperação de resíduos têxteis, Cataguases/MG, PA nº 2103/2022, Classe 3. Motivo: A pedido do empreendedor.

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

30 1656059 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que foram Deferidos os Requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das Licenças Ambientais abaixo identificadas: - Alteração de Titularidade/Transferência de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações: 1) LAS CADASTRO, NS Combustíveis Ltda., CNPJ nº 14.253.369/0001-10, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Guanhães/MG, PA/Nº 1581/2020, Classe 2, válido até 30/04/2030, para o novo titular Posto ABC Lopes Ltda., CNPJ nº 46.343.412/0001-21. 2) LAC 2 (LOC), Pedreira UM Valemix Ltda., CNPJ nº 41.716.499/0009-72, Lavra a céu aberto - Minério de ferro, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido, Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro, Catas Altas/MG, PA/Nº 4181/2020, Classe 4, válido até 13/05/2028, para o novo titular Pedreira UM Valemix Micon – Mineração Congonhas Ltda., CNPJ nº 18.329.060/0001-18.

(a) Fabrício de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

30 1656012 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público o indeferimento da Licença Ambiental abaixo identificada: - LAC 1 (LP+LI+LO): 1) Granitos Lindemberg Ltda., Lavra a céu aberto - rochas ornamentais e de revestimento, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, Iueta/MG, PA/Nº 10569/2005/004/2017, Classe 2. Motivo: falta de informações necessárias para análise do processo de licenciamento ambiental, bem como desencontro e inconsistência de informações, principalmente relacionados à intervenção ambiental.

(a) Fabrício de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

30 1656012 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos: 1)Coffee Mais Indústria de Café LTDA,Torrefação e moagem de grãos,Piumhi - MG, Processo nº2200/2022, com validade até 02/06/2032. 2) Savana Paralelos de Pedras LTDA,Britamento de pedras para construção,Camacho - MG, Processo nº2211/2022, com validade até 03/06/2032.3) F & F Serviços e Extração de Areia e Argila LTDA,Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil e Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha,ANM nº 832.041/2016, Igaratinga - MG, Processo nº 2252/2022, com validade até 07/06/2032. 4) Dankel Logística e Apoio Administrativo LTDA,Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido,Formiga - MG, Processo nº 2256/2022, com validade até07/06/2032. 5) Ailton de Oliveira Fontes,Avicultura e Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura,Formiga - MG, Processo nº 2325/2022, com validade até14/06/2032. 6) Albatroz Auto Posto LTDA,Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação,Piumhi- MG, Processo nº 2376/2022, com validade até20/06/2032.7) Alumínio Palmatil LTDA,Processamento ou reciclagem de sucata,Santo Antônio do Monte - MG, Processo nº 2394/2022, com validade até22/06/2032. 8) Artesanato de Fumaça Karja LTDA,Fabricação de explosivos, detonantes, munição para caça e desporto e fósforo de segurança e/ou fabricação de pólvora e artigos pirotécnicos,Santo Antônio do Monte - MG, Processo nº 2464/2022, com validade até27/06/2032.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

30 1656025 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Município de Lagamar/ Prefeitura Municipal de Lagamar- Aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalização de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação - Lagamar/MG. Processo: 2217/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a)Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na Modalidade Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Dalia Carneiro Valadares/ Fazenda Riacho Claro - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Arinos/MG. Processo: 2505/2022. 2) Andre Detoni/ Fazenda Canoas - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - São Gonçalo do Abaeté/MG. Processo: 2504/2022.

(a)Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

O Superintendente Regional do Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas, torna público que foi aprovada a EXCLUSÃO do monitoramento dos efluentes sanitários, em função da impossibilidade técnica de realização do referido monitoramento, e manutenção do monitoramento na entrada e saída do sistema de caixa separadora de água e óleo, passando o item 1 do Programa de Automonitoramento, do Parecer Único, do processo abaixo identificado: 1) Licença de Operação Corretiva: \*Ariovaldo Prado Filho e Outro/ Fazenda Brejo - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos em regime extensivo. – Brasilândia de Minas/MG - PA/Nº 10559/2011/001/2016 - Classe 3.

(a) Ricardo Barreto Silva. O Superintendente Regional do Meio Ambiente da SUPRAM NOR.

O Superintendente Regional do Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas, torna público que foi aprovada a EXCLUSÃO da condicionante nº 06, do Parecer Único, do processo abaixo identificado:

1) Licença de Instalação e de Operação: \*Bioenergetica Vale do Paracatu SA - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura. - João Pinheiro/MG – Processo: 904/2020 - Classe 3.

(a) Ricardo Barreto Silva. O Superintendente Regional do Meio Ambiente da SUPRAM NOR.

30 1655755 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Posto Transabril Sul Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Três Corações/MG, PA/SLA nº 2515/2022, Classe 3.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada: - LAC 1 - Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação concomitantemente: 1) Mineração Rio Grande Ltda. ME, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Perdões, Lavras e Nepomuceno/MG, Processo nº 6029/2021, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. VÁLIDA ATÉ 28/06/2031.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas torna público que foram finalizadas as análises das Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1. Município de Carrancas, Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Carrancas/MG, Processo nº 2337/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. 2. Município de Itamonte, Estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos, Itamonte/MG, Processo nº 2292/2022. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas torna público o arquivamento dos processos abaixo identificados: - LAC 2 - Licença Prévia: 1) DME Energética S.A. - DMEE, Sistemas de geração de energia hidrelétrica, exceto Central Geradora Hidrelétrica - CGH, Botelhos/MG, PA SLA nº 281/2020, Classe 4. Motivo: Perda de objeto.

- Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS: 1) Ibiata Comércio de Corretivos de Solo Ltda., Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Itamogi/MG, PA SLA nº 2155/2022, Classe 3. Motivo: Perda de objeto.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

30 1655936 - 1

ASuperintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licença Ambiental Concomitante – LAC2 (LIC+LO): 1) Mix Madeiras LTDA, Tratamento químico para preservação de madeira, Capelinha/MG, PA nº 2510/2022, Classe 4.

(a) Rita de Cássia Silva Braga e Braga. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Posto LP LTDA, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Veredinha/MG, PA nº 2460/2022. 2) Gileno Pereira da Silva, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Curral de Dentro/MG, PA nº 2503/2022. 3) Posto Mattos LTDA, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Morro do Pilar/MG, PA nº 2512/2022.

(a) Rita de Cássia Silva Braga e Braga. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha.

30 1655796 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi DEFERIDA a alteração da condicionante do processo abaixo identificados: 1) Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS: \*Departamento Municipal de Água e Esgoto/ETE Marielza – Estação de tratamento de esgoto sanitário. - Uberlândia/MG. - PA SLA nº 6450/2021. - Classe 2. Decisão: Aprovada alteração do item nº. 01 (condicionante), segundo Parecer Técnico nº 40884863. 2) Licença de Operação – RenLO: \*Ituiutaba Bioenergia LTDA/Fazenda Recanto. - Fabricação de açúcar e/ou destilação de álcool; Sistema de geração de energia termoeletrica utilizando combustível não fóssil; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação e Compostagem de resíduos industriais. – Ituiutaba/MG. – PA COPAM 10201/2006/013/2019. - Classe 5. Decisão: Aprovada alteração do item nº. 10 (condicionante), segundo Parecer Único nº 0740719/2019.

(a) Kamila Borges